

## O SÍTIO MORRO DA SAUDADE: PRÁTICAS DE ARRENDAMENTO E REDES DE SOCIABILIDADE NA FREGUESIA DE MARAPICU NA SEGUNDA METADE DO OITOCENTOS

Rubens Mota Machado<sup>1</sup>

### RESUMO

Neste artigo discutiremos as redes de compadrio, matrimônio e vinculadas ao trabalho na terra articuladas em torno da comunidade dos moradores do sítio Morro da Saudade na freguesia de Marapicu, na segunda metade do Oitocentos. O processo de inventário de Bento Antônio da Silva Chaves, arrendatário e lavrador nas terras do sítio Morro da Saudade, forneceu indícios para a tentativa de rearticulação dos laços tecidos entre a comunidade de agricultores vizinhos na freguesia de Marapicu direcionados à manutenção e controle do domínio sobre o recurso da terra.

**Palavras-chave:** redes de sociabilidade; arrendamento; acesso a terra.

### ABSTRACT

In this article, we will discuss the crony networks, linked to marriage and work on land hinged around the community of residents of *Morro da Saudade* site in the parish of *Marapicu* in the second half of the nineteenth century. The inventory process Bento Antônio da Silva Chaves, tenant farmer in the land site *Morro da Saudade*, provided evidence to attempt to re-articulation of the links forged between the community of farmers in the neighboring of the parish of *Marapicu* targeted maintenance and control of the domain on the use of the land.

**Keywords:** social networks; lease of land; access to land.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

O inventário<sup>2</sup> de Bento Antônio da Silva Chaves indica que, em 1870, o lavrador era arrendatário de terras que juntas formavam o sítio Morro da Saudade, na localidade de Cabuçu, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu. Sabemos que o sítio de Bento Antônio Chaves era composto por terras arrendadas a Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho, o Visconde de Aljezur. O Registro Paroquial de Terras indica que o Visconde de Aljezur era, à época, o quarto senhor do Morgado de Marapicu, transmitido por herança do seu bisavô, o Capitão-Mor Manoel Pereira Ramos de Lemos e Farias<sup>3</sup>.

Segundo a anotação no Registro Paroquial de Terras para o ano de 1856, o Morgadio de Marapicu era composto por duas grandes fazendas, a Fazenda de Marapicu e a Fazenda de Cabuçu que unidas, atravessavam as freguesias de Santo Antônio de Jacutinga, Nossa Senhora da Conceição de Marapicu e Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu<sup>4</sup>. A mesma anotação no Registro Paroquial de Terras informa que nas terras do Morgado existiam aproximadamente duzentos arrendatários. O inventário de Bento Antônio da Silva Chaves não evidencia com precisão, mas acreditamos, com base na localização geográfica, que as terras do referido sítio situavam-se no interior da Fazenda de Cabuçu.

Em Maio de 1856<sup>5</sup>, o próprio Visconde de Aljezur declarou no Registro Paroquial de Terras que os domínios das fazendas que compunham a área do Morgado atravessavam três freguesias da Vila de Iguaçu, além da freguesia de Bananal (fora dos limites da Vila de Iguaçu).

Retornando ao inventário de Bento Chaves, sabemos que o arrendatário Bento Antônio Chaves pagava a quantia de 45 mil réis anuais pelo arrendamento. O baixo valor monetário pago pelo arrendatário Bento Antônio pode indicar que as

---

<sup>2</sup> Inventário *post-mortem* (Arquivo Nacional). Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes – ZN. Nome das partes: Chaves, Helena Silva. Ano: 1870. N°: 283. Caixa: 1396.

<sup>3</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Registro Paroquial de Terras (1854/1857). Vila de Iguaçu. (Acessado via CD-ROM) p. 55 e 56.

<sup>4</sup> O Morgado ou morgadio é o conjunto de bens indivisíveis, que, com a morte do possuidor, passa para o controle do primogênito. O Morgado é uma vinculação entre o pai e sua descendência, na qual o filho primogênito herda a totalidade de bens da casa, sem que possa vendê-la. O Morgado de Marapicu foi estabelecido em decorrência da morte do Capitão-Mor Manoel Pereira Ramos, ocasião que a viúva, Helena Souto-Maior, em 1772, reuniu os bens do casal em favor do filho mais velho, João Pereira Ramos, a fim de garantir a nobreza de sua casa.

<sup>5</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Registro Paroquial de Terras (1854/1857). Vila de Iguaçu. (Acessado via CD-ROM) p. 55 e 56.

terras do Sítio Morro da Saudade fossem um arrendamento antigo dentro do Morgado de Marapicu. A historiadora Manoela Pedroza (PEDROZA, 2011, p. 211) argumenta sobre a onipresença de arrendamentos na província do Rio de Janeiro durante o século XIX. Em sua tese, a historiadora afirma que:

Os arrendamentos funcionavam como forma de grandes proprietários, empobrecidos ou falidos, auferirem renda para manter o padrão de vida, casas na Corte e formar os filhos no reino, sem se preocupar com as atividades agrícolas mais efetivas em parte ou em toda a sua propriedade. (PEDROZA, 2011, p. 211).

As terras do Morgado de Marapicu conheciam a prática de arrendamentos há muito tempo, mesmo antes do século XIX. Talvez, Bento Antônio Chaves pudesse ser um arrendatário antigo nas terras do Morgado. Conforme já argumentado, o baixo valor do arrendamento pago por Bento Chaves reforça essa hipótese. Se tomarmos por base o valor do arrendamento anual de Bento Antônio Chaves, podemos imaginar que o Visconde de Aljezur retirava de seus domínios, com cerca de duzentos arrendatários, algo em torno de nove contos de réis anuais. Talvez, o montante financeiro dos arrendamentos pudesse explicar o baixo valor de arrendamento pago por Bento Antônio Chaves. A chegada da ferrovia e as expectativas das melhorias advindas com o saneamento forjaram um contexto de aumento no valor das terras da província do Rio de Janeiro na segunda metade do Oitocentos, o que levou grandes possuidores de terras, como o Visconde de Aljezur, a optar pelo arrendamento como estratégia de obtenção de renda. Se, por um lado, o Visconde de Aljezur tinha como recurso financeiro a concessão em larga escala de arrendamentos das terras do Morgadio, por outro lado, para o arrendatário Bento Chaves, o fato de permanecer como arrendatário das terras do Morgado poderia significar uma boa alternativa de acesso a terra dentro do contexto de aumento do valor monetário dos arrendamentos na província do Rio de Janeiro, conforme argumentado por Pedroza (PEDROZA, 2011, pp. 211 -212).

Direciono a nossa atenção novamente para a região de Cabuçu, especialmente ao Sítio Morro da Saudade arrendado por Bento Antônio Chaves. O lavrador Bento Antônio Chaves foi casado em primeiras núpcias com Helena da Silva

Chaves, tendo como fruto da união sete filhos legítimos. O inventário *post-mortem* foi aberto em decorrência do falecimento, no dia 03 de fevereiro de 1870, de sua primeira mulher. O arrendatário parecia ter a saúde frágil, pois constam no interior de seu processo de inventário alguns atestados médicos comprovando que o lavrador sofria de epilepsia e, por isso, não poderia comparecer às atividades referentes à função de inventariante no processo.

Todavia, a saúde debilitada parece não ter impedido Bento Antônio Chaves de casar-se novamente, poucos meses depois, com Helena Rosa da Conceição. A escolha da segunda esposa ajuda a revelar as redes sociais de convivência que entrelaçavam os moradores do sítio do Morro da Saudade. Helena Rosa da Conceição era irmã do genro de Bento Antônio Chaves, Quintino da Silva Ribeiro, casado com a filha mais velha de Bento, Maria da Silva Chaves. Desta forma, as famílias Silva Chaves e Silva Ribeiro estavam ligadas através de dois laços matrimoniais.

Contudo, o segundo matrimônio teve uma duração bastante curta. Em 29 de março de 1871, Bento Antônio Chaves faleceu, deixando a esposa grávida.

Formando o outro ramo da rede parental de Bento Antônio Chaves, temos o casamento de sua filha Amélia da Silva Chaves. À época de seu casamento com José Maria Ribeiro, a jovem Amélia Chaves era ainda menor de idade, conforme mostra o pedido de autorização, anexado ao inventário, ao Juiz de Órfãos para a realização da cerimônia religiosa. Os pais do noivo José Maria Ribeiro eram Joaquim José Ribeiro e Noberta Rosa da Conceição. Foi interessante notar que os pais dos dois noivos da família Silva Chaves tinham sobrenomes iguais. Os pais de Quintino e Helena se chamavam Cláudio da Silva Ribeiro e Felismina Angélica da Conceição, enquanto os pais de Joaquim da Silva Ribeiro, noivo de Amélia, foram denominados como José Maria Ribeiro e Noberta Rosa da Conceição. Será que a presença de sobrenomes em comum, Ribeiro no elo masculino e Conceição no elo feminino, pode indicar algum grau de parentesco entre os noivos das duas irmãs Silva Chaves? Os Registros Paroquiais de Batismos<sup>6</sup> aos quais tivemos acesso para esta pesquisa não informaram qualquer relação de parentes entre as citadas famílias. Contudo, a hipótese não pode ser totalmente descartada, elemento que indicaria um perfil ainda mais focado em reforçar laços com uma mesma família nos casamentos da família Silva Chaves.

---

<sup>6</sup> Para se evitar repetições usarei a sigla RPB para fazer referência ao Registro Paroquial de Batismo.

Por meio de consultas ao banco de dados do Registro Paroquial de Batismos, observamos que os pais de Helena e Quintino, Cláudio Ribeiro e Felismina Conceição, deveriam morar próximos ao sítio de Bento Antônio Chaves. O referido Cláudio da Silva Ribeiro apareceu como proprietário de quatro escravas que batizaram os seus filhos na Igreja Matriz da freguesia de Santo Antônio da Jacutinga<sup>7</sup>. A escrava Ermelinda Crioula batizou seus dois filhos.

A primeira a receber o sacramento do batismo foi a ventre-livre Andresa Preta que no ano de 1874, tendo como padrinho o escravo David e madrinha a escrava Prudência. Ambos os escravos de Cláudio da Silva Ribeiro. Três anos mais tarde, a mesma escrava Ermelinda Crioula batizou o filho Gabriel, de cor Fula<sup>8</sup>, ventre-livre, que tivera como padrinho o cativo Elisario acompanhado da escrava Maria como madrinha. Outra escrava de Claudino da Silva Ribeiro, que teve dois filhos batizados, foi Teresa, de cor Fula, que, no ano de 1877, batizou seu filho, o ventre-livre José, de cor fula, que tivera como padrinho o escravo André Crioulo e como madrinha a escrava Antônia Parda. Dois anos antes, a mesma escrava Teresa de cor Fula batizou a ventre-livre Joaquina, tendo como padrinho o escravo Simplício, de propriedade de Quirino de Souza Barbosa da Rocha, e como madrinha a escrava Ermelinda Crioula, mãe de Andresa e David, de propriedade de Claudino da Silva Ribeiro. Com base nestas informações sabemos que Cláudio da Silva Ribeiro era proprietário de, ao menos oito escravos e, ainda mais importante, que alguns cativos possuíam relações de compadrio com cativos de outros moradores da freguesia de Marapicu. Qual seria a relação entre Cláudio Ribeiro e Quirino de Souza Barbosa da Rocha, proprietário do escravo Simplício, padrinho da ventre-livre Joaquina? Para buscar esta resposta, continuemos mapeando a comunidade em torno do Sítio Morro da Saudade.

Os assentos de batismos dos escravos pertencentes a Cláudio da Silva Ribeiro fornecem boas indicações sobre a comunidade de agricultores que cercavam o sítio Morro da Saudade. Com base nos assentos de batismo, podemos verificar que Cláudio da Silva Ribeiro, por volta do ano de 1870, tinha a sua disposição pelo menos oito

---

<sup>7</sup> Livro de assentos eclesiásticos de batismos. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1871-1877). p. 83, 93 verso e 104. (Acessado via CD-ROM).

<sup>8</sup> Como definição do termo Fulo temos o seguinte significado no Dicionário da Língua Portuguesa de Antônio Silva de Moraes publicado em 1813. *Fulo*, a, adj. – Diz-se do preto, e do mulato, que não tem cor bem fixa, mas tirante a amarelo, ou pálido... Que muda de côr, por sensação forte, paixão de animo, etc.: fulo de fome e sede; fulo de raiva.

escravos em idade adulta. Qual tipo de trabalho fariam esses escravos? Voltando a consultar as informações do *Almanak Laemmert*, agora através de um olhar microscópico, localizamos cinco registros na categoria *Lavradores* lançados com o nome de Cláudio da Silva Ribeiro. Entre os anos de 1875 e 1877, e depois em 1879 e 1880, Cláudio Ribeiro apareceu inscrito nas páginas do *Almanak* como lavrador na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. Estariam os oito escravos de Cláudio da Silva Ribeiro empregados na atividade agrícola? Tomando como base as informações do *Almanak*, é possível que os citados cativos estivessem empregados no trabalho com a lavoura.

Os dados do *Almanak Laemmert* nos informam ainda que o lavrador Cláudio da Silva Ribeiro tinha acesso à terra na localidade de Madureira, na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. Atualmente, as denominações Madureira e Cabuçu fazem parte da geografia urbana da cidade de Nova Iguaçu. Ambos os termos são referentes a bairros que compõem uma mesma região geográfica do município. Na toponímia da cidade de Nova Iguaçu, a denominação Madureira teve origem na formação de um engenho de cana de açúcar na região que acabou batizando a cadeia de montanhas<sup>9</sup> que cruzam a localidade. Já a região de Cabuçu tem seu nome derivado da mencionada Fazenda de Cabuçu, parte integrante do Morgado de Marapicu.

Tendo por base a toponímia da atual cidade de Nova Iguaçu, podemos estimar que Cláudio da Silva Ribeiro e Bento Antônio Chaves eram lavradores de terras próximas. Tal proximidade geográfica permite ainda que se levante a hipótese de que Cláudio da Silva Ribeiro poderia ser também um dos arrendatários do Morgado de Marapicu. Os grandes domínios do Morgadio de Marapicu nas freguesias de Jacutinga e Marapicu fornecem boa sustentação a esta hipótese.

Agora, direcionaremos novamente as buscas para o outro lado da parentela de Bento Antônio da Silva Chaves, a família de origem de seu genro José Maria Ribeiro, casado com sua filha Amélia, em 1870. As informações do *Almanak Laemmert* indicam uma situação de estabilidade de acesso a terra por Joaquim José Ribeiro. Seu pai, José Maria Ribeiro, foi lançado de 1854 a 1871 sempre como *Fazendeiro de café* na freguesia de Marapicu. E no período de 1875 a 1880, Joaquim José Ribeiro apareceu

---

<sup>9</sup> A cadeia de montanhas que formam a Serra de Madureira é um segmento do grande Maciço do Gericinó-Mendanha. Vale ressaltar que as formações geológicas do Maciço Gericinó-Mendanha foram estudadas pelo geógrafo Alberto Lamego. Uma visão mais aprofundada poderá ser obtida na obra "O Homem e a Guanabara" de autoria de Alberto Lamego. Cf. LAMEGO, 1964.

ora como *Fazendeiro* ora como *Fazendeiro de café*. Sabe-se ainda, através de descrições no processo de inventário, que as terras de Joaquim Ribeiro faziam fronteira com as terras do Sítio Morro da Saudade.

Ao que tudo indica, Bento Antônio da Silva Chaves tinha grande contato com os lavradores próximos ao seu sítio, e buscou arregimentar alianças locais por meio das relações matrimoniais de sua família. O seu inventário<sup>10</sup> fornece informações que suas filhas Maria e Amélia contraíram casamentos com famílias de lavradores e fazendeiros da região ao redor do sítio de seus pais. E ainda que o próprio Bento Antônio Chaves reforçou laços de reciprocidade com a família Silva Ribeiro ao casar-se em segundas núpcias com a jovem Helena Rosa da Conceição, irmã de seu genro, Quintino da Silva Ribeiro. Para entendermos as relações forjadas entre Bento Antônio da Silva Chaves e a comunidade de lavradores da freguesia de Marapicu, temos que antes compreender qual era a atividade produtiva dada às terras arrendadas do sítio Morro da Saudade pelo próprio Bento Antônio Chaves. Para isso, consultamos o nome de nosso personagem no registro do *Almanak Laemmert*. Nas páginas do *Almanak*, Bento Antônio Chaves foi lançado doze vezes na categoria *Lavradores de café*, no período de 1860 a 1871, na freguesia de Marapicu. Consultado o inventário de Bento Chaves, sabemos que ele faleceu no ano de 1871, momento exato do último lançamento das informações no *Almanak* com o seu nome.

Já a data de 1860 foi mais enigmática. Lendo o inventário de Bento e de sua primeira esposa, Helena da Silva Chaves, não conseguimos aferir com precisão a data de início do arrendamento das terras do sítio Morro da Saudade junto ao Visconde de Aljezur. Porém, com base nas relações de dívidas deste mesmo inventário, sabemos que o sítio do Morro da Saudade, em meados da década de 1860, já estava sob o poder de Bento Antônio Chaves. Isto torna bastante provável que as terras nas quais o lavrador Bento Antônio Chaves apareceu registrado desde o ano de 1860 nas páginas do *Almanak* fossem as próprias terras do sítio do Morro da Saudade.

Se o lavrador Bento Antônio Chaves apareceu nos registros do *Almanak Laemmert* desde o começo da década de 1860, possivelmente em terras do próprio arrendamento do sítio Morro da Saudade, podemos perguntar quais eram os tipos de

---

<sup>10</sup> Inventário *post-mortem* (Arquivo Nacional). Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes – ZN. Nome das partes: Chaves, Helena Silva. Ano: 1870. N°: 283. Caixa: 1396.

lavouras e mão de obra praticadas nas suas terras. Novamente as informações presentes no inventário dos bens da família Silva Chaves ajudam a esclarecer as dúvidas. Através do inventário sabemos que Bento Antônio e sua família tocavam as lavouras do sítio com a utilização de mão de obra escrava. A tabela abaixo indica a composição do plantel de Bento Antônio Chaves nos finais dos anos de 1870.

Tabela de Escravos pertencentes a Bento e Helena Chaves			
NOME	NATURALIDADE/COR	IDADE	OCUPAÇÃO
Fausta	Nação	70 anos	Serviço de roça
Ricardo	Nação	60 anos	Serviço de roça
Matheus	Nação	70 anos	Serviço de roça
João	Crioulo	60 anos	Serviço de roça
Joaquim Miguel	Benguela	70 anos	Serviço de roça
João	Crioulo	50 anos	Carreiro
Jorge	Crioulo	30 anos	Serviço de roça
David	Crioulo	25 anos	Serviço de roça
André	Pardo	25 anos	Carreiro
Francisco	Pardo	25 anos	Serviço de roça
Serafim	Pardo	24 anos	Serviço de roça
Feliciano	Crioulo	30 anos	Carreiro
Paulo	Crioulo	30 anos	Serviço de roça
Leopoldina	Nação	45 anos	Cozinheira
Domingas	Crioulo	22 anos	Costureira
Eufrasia	Crioulo	7 anos	Serviço de roça
Adão	Crioulo	14 anos	Serviço de roça
Olímpio	Crioulo	12 anos	N/C
Galdino	Crioulo	30 anos	Serviço de roça

Fonte: Inventário *post-mortem* (Arquivo Nacional). Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes – ZN. Nome das partes: Chaves, Helena Silva. Ano: 1870. N°: 283. Caixa: 1396

Todos os escravos, conforme indicado no inventário, habitavam e trabalhavam no sítio do Morro da Saudade. Podemos ver que, do total de dezenove cativos, dezoito possuíam ocupação identificada. A única exceção é o escravo Olímpio, filho da escrava Leopoldina de Nação, que não teve a ocupação explicitada no inventário. Todos os outros cativos, incluindo os escravos Adão e Eufrásia, filhos da escrava Domingas, de 14 e 7 anos respectivamente, mesmo com a pouca idade foram identificados como trabalhadores do roçado.

O historiador Stanley Stein (STEIN, 1990), estudando a localidade de Vassouras no período do café, demonstrou que desde muito cedo as crianças escravas acompanhavam seus pais no roçado<sup>11</sup>. Tal tarefa serviria como um período de aprendizado do trabalho na lavoura. Ainda na mesma tabela, podemos notar que alguns cativos possuíam ocupações ligadas aos transportes, caso dos escravos Feliciano Crioulo, João Crioulo e André Pardo, que tinham a ocupação de Carreiros, enquanto os outros cativos estavam destinados a ocupações que remetem ao âmbito doméstico, como Domingas Crioula, costureira, e Leopoldina de Nação, cozinheira. Todavia, sabemos, com base na tabela acima, que treze dos dezenove cativos do plantel de Bento Antônio Chaves estavam direcionados às atividades voltadas aos cuidados da plantação.

Tendo um plantel de dezenove cativos nas terras do sítio do Morro da Saudade, seria Bento Antônio Chaves um lavrador de grande porte? Infelizmente, não existem dados censitários dos plantéis de Iguaçu que nos ajudem a responder com exatidão a esta pergunta. O censo de 1872, uma fonte de análise massiva da população, infelizmente não fornece informações precisas sobre índices de escravos empregados no trabalho agrícola. Para a freguesia de Marapicu, mesmo com seu grande destaque agrícola, (chegando a obter quatorze diferentes categorias nas páginas do *Almanak Laemmert*), as informações do Censo de 1872 não apresentaram nenhum escravo anotado em atividade de lavoura. Não haveria escravos empregados em atividades agrícolas em Marapicu no ano de 1872? Certamente sim! Isto mostra que os dados do censo 1872 não podem servir de parâmetro de estudo do emprego de cativos nas atividades de lavoura em Iguaçu. Todavia, os dados apresentados por Antônio Sampaio (SAMPAIO, 1994) indicam que, na freguesia de Magé, a média de posse de escravos na década de 1850 foi de 18,26 cativos, com uma redução para 13,59 cativos na década de 1860, no decênio seguinte o índice ficou localizado em 9,47 cativos, enquanto na década de 1880 a média foi de 7,54 escravos. Portanto, na comparação com os dados para a região de Magé, o plantel do Sítio Morro da Saudade

---

<sup>11</sup> As fotografias do francês Jean-Victor Frond demonstram que as crianças cativas acompanhavam seus pais nos serviço diários da roça. Parte de seu trabalho foi divulgado na obra “Brasil Pitoresco”, com texto de Charles Rubeyrolles. Hoje, uma parcela da sua obra, pode ser acessa pela *internet* através da Enciclopédia Itaú Cultural, Artes Visuais.

pode ser considerado médio. No arrendamento de Bento Antônio Chaves havia, no ano de 1871, dezenove cativos empregados no trabalho do Sítio Morro da Saudade. Nota-se que os cativos de origem africana no plantel de Bento Chaves possuíam idades avançadas. A cativa Fausta e o escravo Matheus, ambos de Nação, tinham 70 anos. O cativo Miguel Joaquim, de nação Benguela, tinha também 70 anos de idade. E o escravo Ricardo de Nação era o mais novo dos africanos, tendo 60 anos no momento de elaboração do inventário da Família Chaves.

A característica de envelhecimento dos cativos de origem africana pode indicar a dificuldade enfrentada por Bento Antônio Chaves em acessar o mercado de escravos na Praça do Rio de Janeiro. Os dados quantitativos do desembarque de escravos nos estudos de Manolo Florentino (FLORENTINO, 1995), e ainda no *Slave Trade Database*, indicam que o século XIX foi um período de forte crescimento no fornecimento de cativos para o Sudeste brasileiro. O período de 1801 a 1850 registra o desembarque de 1.275,932 cativos para a região do Sudeste brasileiro. Todavia, a região produtora de gêneros alimentícios ao redor da cidade do Rio de Janeiro não conseguiu competir com as regiões produtoras de café do Vale do Paraíba fluminense. A consequência deste processo parece estar bastante evidente no perfil do plantel do Sítio Morro da Saudade. O envelhecimento dos cativos de origem africana representa a dificuldade dos produtores agrícolas da província do Rio de Janeiro em adquirir cativos africanos novos.

A Vila de Magé possuía características socioeconômicas muito semelhantes às de Iguaçu. Assim, como foi indicado por Sampaio (SAMPAIO, 1994), havia a predominância da produção de gêneros alimentícios nos empreendimentos agrícolas em Magé. A região de Iguaçu também possuía grande destaque na produção de alimentos. A historiadora Mariza de Carvalho Soares (SOARES, 2009) argumenta que nas regiões do interior da província do Rio de Janeiro no século XIX, como é o caso de Iguaçu, predominavam as casas de farinha, ao invés dos engenhos de cana-de-açúcar. Trabalhando especificamente com a Vila de Iguaçu, Nielson Bezerra (BEZERRA, 2011) estudou as trocas comerciais da farinha de mandioca produzidas nas freguesias do Recôncavo da Guanabara que circulavam na praça comercial do Rio de Janeiro, chegando até mesmo a servir como moeda de troca por escravos na costa da África. No caso específico do Sítio Morro da Saudade, as lavouras arroladas no inventário

indicam cultivos de cana-de-açúcar, café e mandioca, havendo inclusive a presença de uma casa de farinha.

Retornando ao inventário da família Silva Chaves, identificamos a existência de diferentes lavouras no sítio de Bento Antônio Chaves à época da execução do inventário. Sabemos que havia roçados de mandioca, um pequeno pomar contendo algumas árvores frutíferas, como bananeiras e cajazeiras, um pasto para animais, partidos de cana-de-açúcar, e ainda cerca de 7800 pés de café.

Na leitura do inventário fica bastante evidente que a plantação de café era a lavoura com maior destaque econômico. Somente sobre os pés de café se tinha uma precisão numérica, as demais lavouras foram sempre indicadas através de termos pouco precisos, como “um pequeno mandiocal”, “algumas árvores frutíferas”, etc. Todavia, apesar da imprecisão nas informações sobre o quantitativo dos gêneros produzidos, sabe-se que as terras do arrendamento do Morro da Saudade foram utilizadas para o cultivo de diferentes gêneros, com destaque às lavouras de café, cana-de-açúcar e mandioca.

Até aqui sabemos que Bento Antônio da Silva Chaves arrendou o sítio do Morro da Saudade na freguesia de Marapicu, no qual, desde 1860, apareceu nos registros do *Almanak Laemmert* como *Lavrador*. No trabalho diário da lavoura de gêneros alimentícios do sítio do Morro da Saudade era empregada a mão de obra escrava. Seria Bento Antônio Chaves um caso isolado de lavrador da freguesia de Marapicu empregando mão de obra escrava? Os resultados desta pesquisa têm mostrado que havia uma rede de lavradores de Marapicu que utilizavam o trabalho escravo como mão de obra de suas lavouras. Para demonstrar esta argumentação, vamos seguir pela vizinhança do nosso personagem.

Sabemos que as terras do Morro da Saudade faziam fronteira com a Estrada Real do Comércio, e ainda com terras de Joaquim José Ribeiro, Miguel José da Silva e Miguel de Souza Moura. Joaquim José Ribeiro é um velho conhecido nosso. Sabe-se que ele era pai de um dos genros de Bento Antônio Chaves, José Maria Ribeiro, casado com Amélia. Joaquim José Ribeiro foi indicado como um produtor de *status* nas páginas do *Almanak Laemmert*, tendo frequentado, de 1856 a 1880, o *Almanak* como fazendeiro na freguesia de Marapicu. Seu filho, José Maria Ribeiro, casado com a jovem Amélia, também apareceu anotado nas páginas do *Almanak*. José Maria Ribeiro

foi indicado nos anos de 1870 e 1871 na ocupação de *Lavrador de café*, e no período de 1876 a 1880, como *Lavrador*.

Não temos informações sobre como Joaquim José Ribeiro e seu filho, José Maria Ribeiro, tiveram acesso ao recurso da terra na freguesia de Marapicu. É possível que ambos fizessem parte também do grupo de arrendatários dos domínios do Visconde de Aljezur. Teria o jovem José Maria Ribeiro, após o casamento com Amélia, conseguido apoio na comunidade de agricultores locais da freguesia de Marapicu para acessar a terra? Haveria ele obtido algum auxílio de seu pai, um fazendeiro estável nas classificações do *Almanak Laemmert*, e de seu sogro, um arrendatário possuidor de um significativo plantel, para no ano de seu casamento, 1870, já figurar nas páginas do *Almanak* como *Lavrador de café*? Não podemos responder com precisão todas as perguntas colocadas. Mas, é significativo o ano do casamento de José Maria Ribeiro e Amélia Silva Chaves coincidir com o início dos lançamentos de José Maria Ribeiro nas páginas do *Almanak*.

A localização das terras de Joaquim José Ribeiro, vizinhas ao Sítio Morro da Saudade, reforça a opção de Bento Antônio da Silva Chaves de buscar alianças matrimoniais com o grupo de lavradores próximos aos seus domínios. Neste mesmo sentido, outros dois vizinhos do sítio Morro da Saudade, Miguel José da Silva e Miguel de Souza Moura, também pareciam possuir relações próximas com o lavrador Bento Antônio Chaves. Sabemos que ambos foram os avaliadores dos bens da família Silva Chaves no momento de execução do seu inventário. Ambos vizinhos de Bento possuíam o título de Capitão.

O vizinho Miguel José da Silva apareceu nos registros do *Almanak Laemmert* em três períodos diferentes. O primeiro, no período entre os anos de 1854 e 1855, foi lançado na categoria *Fazendeiros de café* para a freguesia de Marapicu. Todavia, num segundo período, o mesmo Miguel José da Silva apareceu, entre os anos de 1860 e 1866, lançado na categoria *Lavradores de café e mantimentos*. E ainda, num terceiro período, entre os anos de 1867 e 1868, teve seu nome anotado na categoria *Fazendeiros de café*. O que pode ter provocado a troca de categoria de Miguel José da Silva? Acreditamos que o caso de Miguel José da Silva ajuda a reforçar a tese da importância do volume da produção para a inscrição em cada categoria do *Almanak*.

Nos anos de maior produção Miguel José da Silva pode ter entrado na categoria *Fazendeiros de café*, ao passo que nos anos de baixa produção a categoria selecionada foi *Lavradores de café e mantimentos*. Infelizmente, não tivemos acesso ao inventário de Miguel José Silva, fonte que poderia trazer algumas informações sobre a produção das suas lavouras. Todavia, as informações do *Almanak* auxiliam nas possíveis lavouras cultivadas nas terras do Capitão Miguel Silva. Sabemos que o ano de 1860 foi a primeira vez que a categoria *Lavradores de café e mantimentos* apareceu nas páginas do *Almanak*. Até então, somente a categoria *Lavradores* fazia referências aos produtores de menor *status* na localidade de Marapicu. Logo, por que nos anos de 1854 e 1855 Miguel José da Silva foi anotado como *Fazendeiro de café*, e no período de 1860 a 1866 esteve relacionado como *Lavradores de café e mantimentos*?

Acreditamos que a partir do ano de 1860, com a criação da categoria *Lavradores de café e mantimentos*, o agricultor Miguel José da Silva foi reclassificado em decorrência da diversidade de lavouras existentes nas suas terras. A presença de Miguel da Silva na categoria *Lavradores de café e mantimentos* sugere que as lavouras de café e mandioca tivessem presença significativa em suas terras. Talvez, no período de 1854 e 1855, Miguel de Souza já cultivasse mandioca em seus domínios, porém a ausência de uma categoria específica para lavradores de café e mandioca deslocasse a sua classificação para a categoria *de Fazendeiros de café*.

Com relação à produção de mandioca nos domínios de Miguel de Souza, lembremos que o comércio da farinha da mandioca movimentava a economia de Iguazu. Possivelmente a opção em diversificar os gêneros agrícolas tenha levado Miguel de Souza a apostar no cultivo em conjunto da mandioca e do café. A mandioca transformada em farinha poderia abastecer os circuitos comerciais com a Corte, descritos por Nielson Bezerra (BEZERRA, 2011), e a produção de café poderia representar uma aposta numa produção de maior valor agregado no mercado local.

Já o outro vizinho, Miguel de Souza Moura, parece estar situado numa posição diferenciada quanto à relação com a terra, se comparado aos seus demais vizinhos. Do grupo de agricultores até agora estudados na freguesia de Marapicu, Miguel de Souza Moura foi o único que declarou suas terras no Registro Paroquial de Terras. As informações do Registro Paroquial de Terras mostram Miguel de Souza Moura como declarante de duas *datas de terras* pertencentes a sua mãe, Maria

Angélica de Souza Moura, na freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, na localidade denominada de Retiro. Nos Registros Paroquiais de Terras existia ainda um terceiro registro, mostrando Miguel de Souza Moura envolvido numa negociação familiar para a declaração de uma fazenda na mesma localidade de Retiro.

Na declaração do Registro Paroquial de Terras, Luís Manoel Cabral, casado com Constância Ignácia Moura, irmã de Miguel Moura, apareceu como *senhor e possuidor* de uma fazenda na localidade de Retiro, um mês após as duas primeiras declarações de Miguel Souza. A declaração de Luís Manoel Cabral informava que as terras da fazenda foram adquiridas mediante a combinação de herança e compra. Destas terras, 42 braças foram herdadas por Constância Ignácia Moura, sua mulher; 42 braças foram compradas ao cunhado José Malaquias de Souza; mais 42 braças, ao cunhado Miguel de Souza Moura, e as últimas 41 braças foram negociadas por compra ao também cunhado Brás de Souza Moura.

Portanto, Luís Manoel Cabral adquiriu as terras na localidade de Retiro antes de 1856 mediante herança de sua esposa e compra das terras vizinhas aos seus cunhados. As páginas do *Almanak Laemmert* não registraram nenhuma informação de Luís Manoel Cabral. Seu nome só aparece uma única vez num assento de batismo na freguesia de Jacutinga no ano de 1836. Neste assento<sup>12</sup>, ele foi padrinho da inocente Branca, filha da escrava Teresa Africana, ambas de propriedade de Manoel Pinheiro. Não sabemos qual era a relação entre Luís Manoel Cabral e o referido Manoel Pinheiro. Todavia, a ausência de Luís Manoel Cabral nas páginas do *Almanak Laemmert* indica seu distanciamento da atividade agrícola em Iguaçu.

Se Luís Manoel Cabral parecia estar distante do trabalho na terra, seus cunhados, porém, estavam diretamente ligados à atividade agrícola em Iguaçu. O cunhado Miguel de Souza Moura apareceu, como já informado anteriormente, como um dos vizinhos do sítio Morro da Saudade arrendado por Bento Antônio Chaves. Os registros do *Almanak* indicam o nome de Miguel de Souza Moura na categoria *Fazendeiros de café e mandioca* na freguesia de Jacutinga entre 1854 e 1871. É provável que as terras vizinhas ao sítio do Morro da Saudade fossem as mesmas terras nas quais Miguel de Souza Moura foi indicado pelo *Almanak* desenvolvendo atividades

---

<sup>12</sup> Livro de assentos eclesiásticos de batismos. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1833-1840). p. 139 (Acessado via CD-ROM).

agrícolas, pois as freguesias de Marapicu e Jacutinga eram bastante próximas. Ou talvez, as terras de Miguel de Souza Moura pudessem atravessar as duas freguesias. A mesma situação parece se repetir com seus irmãos, José Malaquias de Souza e Brás de Souza Moura. O primeiro apareceu na categoria *Fazendeiros de café e mandioca* na freguesia de Jacutinga entre os anos de 1859 e 1863. E o segundo possuía entradas na mesma categoria em seu nome entre os anos de 1854 e 1863. No ano de 1863, todavia os irmãos José Malaquias e Brás Moura desaparecem das páginas do *Almanak Laemmert*. Talvez ambos possuíssem algum tipo de sociedade agrícola que pode ter enfrentado maus momentos naquele ano de 1863.

Cabe ainda a pergunta, se as terras de Miguel de Souza Moura, vizinhas do sítio do Morro da Saudade, foram legadas por sua mãe. Acreditamos que esta hipótese seja bastante provável. Lembremos que sua mãe declarou duas *datas de terras* na freguesia de Jacutinga, e somente 42 braças Miguel de Souza Moura vendeu ao seu cunhado Luís Manoel Cabral. Portanto, é possível que as terras ocupadas pela lavoura declaradas no *Almanak* fossem estabelecidas em terras adquiridas através da herança materna. Também é possível que, assim como seu irmão Miguel de Souza Moura, José Malaquias e Brás Moura atuassem como agricultores em terras próprias, herdadas através da legítima materna.

Nesta breve discussão podemos perceber as articulações formadas entre a comunidade de agricultores nas proximidades do sítio Morro da Saudade, tecidas através de laços matrimoniais, relações de compadrio e vínculos sociais ligados à condição de trabalho na terra. O trabalho clássico de Waldick Pereira (PEREIRA, 1977) analisa a formação agrícola da Vila de Iguazu tendo com pressuposto o domínio completo dos grandes senhores escravistas sobre o recurso da terra na região. Nesta perspectiva teórica, as experiências de vida dos moradores do sítio Morro da Saudade estariam completamente silenciadas em um mundo dominado pelo baronato local. Neste sentido, reforço que as pesquisas futuras ainda têm muito campo para avançar, pois os apontamentos iniciais demonstram que a comunidade agrícola de Iguazu no Oitocentos estava bastante longe da estrutura agrária pouco conflituosa desenhada pela historiografia tradicional da região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Nielson Rosa. *Mosaicos da escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)*. 2010. 215 f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gráfica do IBGE, 1964.

PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da Moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro/século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

PEREIRA, Waldick. *Cana, Café & Laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV; SEEC-RJ, 1977.

\_\_\_\_\_. *Barão do Tinguá: Francisco Pinto Duarte*. Nova Iguaçu: IHG de Nova Iguaçu, 1981. (Divulgação *post mortem*).

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. 1994. 182 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1994.

SOARES, Mariza de Carvalho. Engenho sim, de açúcar não: O engenho de farinha de Frans Post. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, pp. 61-83, jan./jun. 2009.

STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café (1850-1900)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Recebido em 09 de março de 2014.

Aceito em 13 de abril de 2014.